

A UNIDADE BRASILEIRA E A FORMA SEM SÍNTESE

Jaime Ginzburg (USP) ¹

Tema constante dos debates de historiografia literária, a identidade nacional ocupa frequentemente a atenção do campo intelectual brasileiro. Heranças dos projetos românticos, que atravessam o século XX e chegam ao presente, estão constantemente associadas a princípios conservadores, de acordo com tradições que propõem como valor determinante para a identidade nacional a categoria da unidade.

Para esse horizonte, a maneira adequada de interpretar o país é como uma totalidade. O Brasil, assim entendido, se caracterizaria por uma essência. Brasileiros teriam características estáveis. Não há dúvida de que, para os adeptos dessa atitude, há vantagens epistemológicas, analíticas e cognitivas, pela enorme simplificação de raciocínios e pela homogeneidade com que o objeto se apresentaria à percepção.

Contrária a essa tendência, estaria a posição de uma diversidade constitutiva do país. Transformações históricas, conflitos sociais, variantes raciais, religiosas, étnicas, em um contexto de complexidade geopolítica. Nessa perspectiva, por mais constantes que as vivências nesse país permitam observar, o isolamento de uma essência nacional seria falseadora do que se apresenta em sua trajetória.

A organização do problema em polos indicaria, nesse sentido, dois extremos: uma "brasilidade" especificada por traços definidores; e uma diversidade constitutiva do país, que inviabilizaria uma identidade nacional com uma definição fácil, totalizante e linear. Em termos políticos e sociais, está articulada uma polarização que penderia entre a ideia de uma identidade estável, fixada, e uma identidade processual, em permanente reelaboração.

A primeira alternativa é conveniente para pontos de vista metafísicos, que contam com perspectivas temporais pautadas pela continuidade (tomemos como referência a *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel), e para

a pressuposição filosófica de que qualquer elemento interno que possa ser considerado estranho à essência, de fato, pode ser assimilado a ela. A segunda alternativa é oportuna para pontos de vista materialistas, que contam com descontinuidades e irrupções de mudanças históricas (tomemos como referência a *Dialética Negativa*, de Adorno), e para a pressuposição de que não há nenhuma necessidade *a priori* de que as condições de existência de um país permaneçam em continuidade estável ao longo do tempo.

A permanência do debate no momento presente não surpreende. O contexto contemporâneo está caracterizado pela forte presença, em diversos continentes, de movimentos nacionalistas e fundamentalistas. A concepção de identidades puras, homogêneas e resistentes ao contato com o outro tem renovado suas conotações políticas, inclusive pelas ampliações do impacto do terrorismo e pela redefinição da geopolítica econômica. Muito recentemente, as ações do Estado no que se chamou de ação de controle do tráfico no estado do Rio de Janeiro foi um exemplo em uma série de casos de exploração política do ideário nacionalista em favor de interesses circunscritos.

No campo dos estudos literários, a ideia de unidade brasileira atua de vários modos, sendo constante sua presença como mitologia política, tal como entende Raoul Girardet. O nacionalismo literário foi fundamental na constituição do cânone estético do país. As articulações dos critérios de elaboração do cânone com princípio como o elogio do patriarcado, a modernização conservadora, a desigualdade e a violação de direitos humanos são hoje temas de alcance importante.

No Romantismo, com o início do Império, a identidade nacional assumiu um papel construtivo, imaginativo, com mistificações funcionais em uma sociedade contraditória. A obra de Álvares de Azevedo permite observar com clareza e argúcia crítica as dificuldades desse momento do nacionalismo brasileiro, como tentamos expor em uma pesquisa anterior sobre história e melancolia no ensaio *Literatura e Civilização em Portugal*.

O problema ganha novo contexto no campo republicano a partir dos anos de 1930, com a intensificação da modernização econômica e das

migrações, quando a diversidade social fica muito mais nítida do que já era nos núcleos urbanizados, que crescem em maior velocidade.

Para além da existência de um Hino Nacional, de fronteiras territoriais consideradas soberanas ou de um dicionário de consulta comum, a ideia conservadora de uma essência brasileira consiste em um modelo de condição humana, um “tipo humano”. Ela foi reforçada na primeira metade do século XX por esforços de purificação, com requintes ideológicos. O integralista Plínio Salgado, por exemplo, planejava: ele “será, incontestavelmente, dos mais superiores e inteligentes” (SALGADO, 1955, p. 58). Além dele, outros intelectuais autoritários tiveram perspectivas para a purificação do homem brasileiro, com uma depuração para qualificá-lo – Oliveira Vianna e o branqueamento, Gustavo Barroso e o anti-semitismo, Miguel Reale e o fascismo, entre outros.

Em 1960, o Estado brasileiro faz uma tentativa olímpica de propor materialmente uma metafísica da unidade nacional, com a fundação de Brasília. A interpretação de James Holston ajuda a compreender o fenômeno. Criando um centro geopolítico no interior, com uma cidade em que as ruas não poderiam ter nomes humanos, e os segmentos urbanos não poderiam se desviar de funções eficientes, o Estado propôs um planejamento de um contexto de excelência autoritária para a unidade nacional. Brasília teria de ser o máximo, não apenas em simbologia, mas em realização, de servidão de homens brasileiros a uma única ideia. O fracasso do projeto não se deveu apenas à corrupção política ou à tradição de autonomia de certos governos estaduais; também ao fato de que algumas pessoas adoeceram por não conseguirem se adaptar ao regime disciplinar definido por Brasília. Como explica Holston, paradoxalmente, a capital que deveria ser sede da identidade nacional negava o que era o país (cf. HOLSTON, 1993, p. 32).

Na literatura brasileira, a concepção de unidade foi defendida em diversos momentos, entre eles, no Modernismo, no Movimento da Anta. Artistas e intelectuais elaboraram projetos nacionalistas pautados pela integração do país em movimentos direcionados para a unificação, rumo a um Brasil caracterizado pela identidade definida. Idioma, pele, credo religioso,

orientação sexual, vestuário e alimentação já fizeram parte dos debates em torno das maneiras de estabelecer essa unidade. Os interesses políticos por estas modalidades de configuração do país se acentuaram nitidamente em períodos como 1938-1942 e 1964-1978. A história do autoritarismo brasileiro em seus desdobramentos recentes, muito bem relatada por Paulo Sérgio Pinheiro, é acompanhada pela mistificação da unidade do país.

Um livro como *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar, irrompe na década de 70 e coloca em questão o princípio da unidade brasileira desde sua raiz, envolvendo as relações entre terra, família, sacralidade e autoridade. E encontra o personagem ideal para sua encarnação: uma figura paterna. A inteligência estética de Nassar, cuidadosa e habilidosa, apresenta no líder da família deste romance uma figura que caracteriza a ordem como elemento constitutivo.

O pai controla a ordem familiar por meio de rigor, de sustentação de valores e de uma condução hierárquica da convivência da vida na casa. O vocabulário empregado e a sintaxe articulada indicam um princípio de orientação disciplinada de pensamento. Em seus sermões e em suas manifestações, o pai expressa sua percepção organizada do universo.

A enunciação da estória, no entanto, vem de André, filho que se caracteriza de modos estranhos aos princípios paternos. Filho epiléptico, possesso, demoníaco. Rapaz que admite desafiar o domínio da disciplina familiar. Responde à fala do pai não apenas com a diferença, mas se apropriando do vocabulário paterno e reelaborando suas propriedades².

No capítulo 29 do romance, ocorre a descoberta pelo pai de que André teve um envolvimento amoroso com Ana. Como o incesto não é compatível com a medida de sua ordem, o pai imediatamente mata a própria filha, com um golpe, em cena construída pelo autor com rigor formal e precisão impecável.

É então que o leitor compreende, por mediação deste narrador que se avalia de modo incerto, que o fundamento sólido desse cosmos, dessas leis, dessas terras, essa figura paterna tão segura, com a mesma solidez que enuncia o critério de verdade, usa o braço para o ato de matar.

A interpretação alegórica, entendida aqui em termos benjaminianos, permite ler a morte de Ana, motivada pela leitura de seu corpo como impuro, como uma imagem articulada com o debate sobre identidade nacional. A unidade social pura não admite riscos, não pode tolerar, no extremo, aquilo a que atribui o traço de diferença intolerável. Assim é que a honra, na brutal tradição patriarcal, é superior ao afeto, e o pai faz prevalecer o princípio da ordem através da violência, diante do anúncio do tabu do incesto.

Como poucos, o livro de Raduan Nassar permite ver um processo forte, insistente, na cultura brasileira dos anos 60 ao presente, em literatura, cinema, música, artes plásticas, que consiste em expor, colocar em visibilidade imagens da unidade, da totalidade, como essa figura paterna. Fazer isso, muitas vezes, por uma perspectiva crítica, pondo em questão ideologias nacionalistas e autoritárias que ainda circulam, e que estiveram no âmbito midiático das eleições recentes, em 2010. O problema não é apenas a definição de uma imagem do "brasileiro" singular ou plural, essencial ou mutante, harmoniosa ou contraditória. Um livro como *Lavoura arcaica* permite formular a inserção da crítica nas condições de realização do debate, nos termos em que se desenvolve. Se a figura paterna, que sustenta a própria hierarquia política do sistema todo, é também quem pode subitamente matar, não basta perguntar qual é a ordem representada pelo pai, mas – como inteligentemente sugere Raduan Nassar – que posições de narração são possíveis diante de um pai que é ao mesmo tempo gerador e destruidor.

Nesse sentido, com esses critérios, ganha valor de obra-prima o conto *Os obedientes*, de Clarice Lispector. Um casal vive na rotina, e passa a esperar mais, ter fantasias. Tanto o marido como a esposa se envolvem em expectativas de mudanças; ele, com várias mulheres, ela, com outro homem. Em certo momento, ela quebra um dente e se olha no espelho. Joga-se da janela do apartamento. O marido, posteriormente, é levado a uma queda.

Tudo o que caracteriza o casal na base do seu comportamento inicial, desde o título, indica um sistema de regras, referências e valores. Para esse sistema, esses personagens sem nome são cumpridores, tendo uma trajetória

de lealdade. É através da voz da narração, muito mais elaborada do que a própria consciência dos personagens, que entendemos o abismo entre expectativas e limitações. Passagens como “‘Ser um igual’ fora o papel que lhes coubera” e “Talvez entendessem mais se lhes dissessem: ‘você simbolizam a nossa reserva militar’” contribuem para acentuar a identificação entre o modo de vida rotineiro dos personagens e o ideal de que eles façam parte de um conjunto social estabelecido como ordenado, adequado e legítimo.

O conto de Lispector, alegoricamente, permite compreender o pertencimento à unidade social como confinamento. Esses personagens despreparados para mudança em suas vidas configuram metonimicamente a inabilidade de transformação em um contexto de hegemonia autoritária do senso de ordem disciplinar, em que os seres humanos não são capazes de verbalizar ou viabilizar seus desejos.

O suicídio da protagonista feminina leva ao extremo o estado-limite em questão. Não há no horizonte desses personagens percepção de condições concretas de transformação, e o que se apresenta no espelho é o abjeto.

Clarice Lispector e Raduan Nassar estão elaborando, com inteligência estética, uma crítica da imagem da sociedade como unidade fechada. Com isso, contribuem muito para uma reflexão sólida sobre identidade nacional. Longe da afirmação metafísica do essencialismo, seus textos nos propõem uma pergunta difícil: como viver em um país que nunca se harmoniza? O suicídio de uma mulher e o assassinato de outra indicam que dentro do universo da identidade coletiva unificada há algo de intolerável que conduz à irrupção da morte, à destruição. A disciplina ordenada tem uma aparência que disfarça uma carne assustadora, um silenciamento perigoso.

Os dois escritores encontraram brilhantismo formal para elaborarem essa crítica, em tensões formais. Em *Lavoura arcaica*, ocorre o antagonismo entre filho e pai que, no caso, é também entre o narrador e o personagem do pai. A construção do romance emprega uma série de recursos voltados para uma estética do choque. Em *Os obedientes*, Clarice Lispector rompe com a linearidade com elementos de descontinuidade sintática e lexical, e

fragmentação temporal e espacial, com referenciais que põem em questão os limites da consciência, e movimenta de modo dissociativo o campo semântico da palavra “realidade”.

As tensões formais internas dos textos correspondem, pensando com Theodor Adorno, a uma necessidade estética: demolir a imagem de um mundo ordenado pela imagem estereotipada da unidade, implodindo a imagem do Brasil como totalidade homogênea. Ao apresentar um país que não está em ordem, e nele integrar essas mortes impactantes, constituem um discurso que desafia, no vocabulário, na sintaxe, no conjunto, qualquer expectativa de homogeneidade.

Lispector e Nassar escrevem em formas sem síntese.

A arte de elevada pretensão tende a ultrapassar a forma como totalidade, e desemboca no fragmentário. [...] Uma vez desembaraçada da convenção, nenhuma obra de arte pode já manifestamente concluir de modo convincente, enquanto que os desenlaces tradicionais apenas procedem como se os momentos singulares se associassem com o ponto final para constituir a totalidade da forma. Em numerosas obras da modernidade que, entretanto, foram objeto de ampla recepção, a forma manteve-se habilmente aberta, porque queriam provar que a unidade da forma já não lhes era garantida. A má-infinitude, o não-poder-concluir, torna-se princípio livremente escolhido de procedimento e expressão. Nas suas peças, ao repetir literalmente um excerto em vez de o interromper, Beckett reage a tal fenômeno; há quase cinquenta anos, Schönberg procedeu de modo semelhante na marcha da serenata: após a supressão da repetição, retorno desta por desespero. [...] A unidade das obras de arte não pode ser o que ela deve ser, a unidade da variedade: ao sintetizar, ela viola o sintetizado e prejudica nele a síntese. (ADORNO, 1988, p. 169)

Esse “não-poder-concluir” tem direta relação com a temporalidade de um mundo impregnado por mortes impactantes. Mundo que nenhuma metafísica explica por completo, e em que nenhuma essência de brasilidade é suficiente, pela carga forte de conflitos históricos e desigualdade. As mortes da esposa em Lispector e de Ana em Nassar são indicadores de que a concepção metafísica de uma totalidade brasileira é uma configuração autoritária que guarda em seu interior algo de assustador.

No presente, em muitas instâncias do cotidiano, da vida midiática e da produção cultural, as ideologias nacionalistas continuam em circulação. Na publicidade, na política, nos esportes, no consumo, no militarismo, na escola e na universidade, reforçando constantemente a ideia da homogeneidade essencialista do país. Essa continuidade só aumenta a importância de textos como *Lavoura arcaica e Os obedientes*.

Referências

ADORNO, Theodor. *Negative dialectics*. New York: The Continuum Publishing Company, 1999.

_____. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.

AZEVEDO, Álvares de. *Obras Completas*. V.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. T.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HEGEL. *Fenomenologia do espírito*. V.2. Petrópolis: Vozes, 1993.

